

ENTREVISTA: SÉRGIO COSTA RIBEIRO

A mentira da evasão

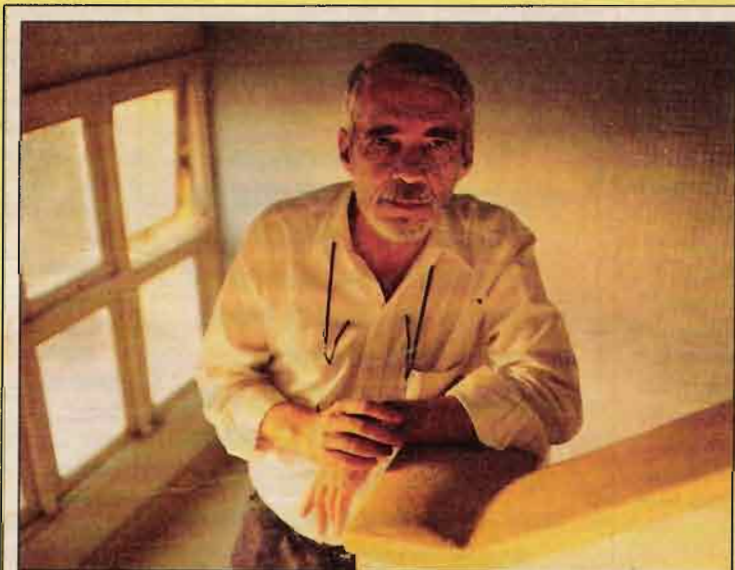
O pesquisador mostra que o governo pensa a educação em bases erradas e revela que o aluno brasileiro não abandona os estudos, mas acaba sendo vítima do ensino ruim

MARCOS SÁ CORRÊA

Uma das especialidades do físico Sérgio Costa Ribeiro, 56 anos, é demolir mitos da educação brasileira. Em 1979, ele desmoralizou a tese de que as redações de vestibular são bons instrumentos para avaliar os candidatos. Participou de uma pesquisa em que provou que a nota da redação depende mais do humor dos professores que corrigem os textos que do desempenho do vestibulando. Pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica, um banco de dados adotado pelo Banco Mundial, Costa Ribeiro é padroeiro de outra descoberta desconcertante: os números oficiais sobre a educação brasileira estão equivocados. Pela conta do pesquisador, num estudo patrocinado em 1986 pela

Fundação Ford, a evasão escolar no Brasil é desprezível, quase toda a população tem escola para que seus filhos comecem a estudar, e eles só não completam a formação porque o ensino é ruim.

Criou-se no país a ilusão de que metade das crianças abandona a escola entre o primeiro e o segundo ano escolar — pelo motivo simples de que há sempre menos alunos matriculados na 2ª série que na 1ª. Esse indicador levou o governo a criar programas de merenda escolar para segurar as crianças na escola. Costa Ribeiro descobriu que a verdadeira taxa de evasão, entre as duas primeiras séries, é de apenas 2%. A causa do descompasso estatístico é que o Ministério da Educação não leva em conta as elevadas taxas de repetência, que represam milhares de alunos na 1ª série. Esse vício se repete nos números de todas as demais séries, embora de forma menos



“Em vez da evasão escolar, há uma espantosa persistência. A escola enxota a criança, mas a família insiste em educá-la”

expressiva. No mês passado, por um erro médico, o pesquisador perdeu o olho direito. Chama isso de “pequena tragédia pessoal”. Há sete anos, Costa Ribeiro perde tempo tentando convencer as autoridades a rever os números da educação. Ele chama isso de “grande tragédia nacional”. Nesta entrevista, feita em seu apartamento em Copacabana, onde há três computadores (todos de segunda mão) e nenhum tapete, ele explica por quê.

VEJA — *Como se pode errar tanto os números sobre evasão escolar e repetência durante tanto tempo?*

RIBEIRO — Logo no início da produção de dados censitários sobre educação no Brasil, ali pela fundação do Ministério da Educação e Cultura, nos anos 30, pegou-se emprestada a metodologia americana para calcular o fluxo de alunos pelas escolas. O

método americano, que por sua vez vinha da Inglaterra, serve para países onde, por definição, repetência não existe. Nesses países funciona a idéia de montar uma pirâmide do ensino, pegando a matrícula total da 1ª série, depois a matrícula da 2ª série do ano seguinte, e assim até a última série, para ver a passagem de uma geração de alunos pelo ensino básico. Acontece que no Brasil há repetência, e muita. É uma tragédia a repetência no Brasil. Só perde para o Haiti.

VEJA — *Os números da repetência mudam todas as contas do sistema educacional?*

RIBEIRO — Eles deformam tudo. A nossa pirâmide de serve tanto para explicar a educação no Brasil quanto

as pirâmides do Egito. Porque, quando se pega a matrícula da 1ª série, há nela um estoque brutal de repetentes, que aparecem nas estatísticas como novos. Sofrem uma restauração da virgindade. Então o país fabrica anualmente 6,5 milhões de alunos novos, quando demograficamente só poderia ter no máximo pouco mais da metade disso. É mais ou menos de 3,5 milhões o tamanho da corte de crianças de 7 anos que poderiam entrar como alunos novos na escola por ano. O resto repetiu de ano, andou para trás. Mas os números fazem, por assim dizer, com que fiquem virgens de novo. Cerca de 50% da 1ª série está ocupada por alunos que estavam lá no ano anterior.

VEJA — *Qual é o problema? Eles são repetentes, mas existem.*

RIBEIRO — Mas só aí já se criaram duas

deformações. Primeiro, uma estatística sobre a 1ª série que alimenta a indústria da construção de escolas, o que é bom para políticos e empreiteiras, mas esconde que o problema está no sistema de ensino e não na falta de vagas. Depois, porque na 2ª série o censo da educação vai encontrar um pouco menos da metade de alunos que havia na 1ª série. A leitura automática que se faz é que metade das crianças fugiu do sistema escolar. Cria-se o mito da evasão escolar.

VEJA — *A evasão escolar é um mito?*

RIBEIRO — O índice real de abandono da 1ª para a 2ª série está em 2%. O oficial é 50%. E daí por diante. Porque, na 2ª série, há 30% de repetentes, o que cria a miragem da evasão na 3ª série. E assim até a 8ª série, da qual saem 23% dos alunos que entraram na escola. Conclusão óbvia: de cada 100 alunos, 23 concluem o 1º grau. O índice real é de 40% dos alunos, que fazem as oito séries em doze anos, devido à repetência. Não existe o problema da evasão escolar no Brasil. O que há é uma espantosa persistência. A escola enxota a criança e a família insiste em educá-la. Um dos resultados mais importantes ao arrumar essas contas é acabar com a imagem de uma população brasileira indolente, refratária à escola. Ela é obstinada. Faz tudo para dar escola aos filhos. Em Pernambuco, onde a taxa de repetência chega a 65%, a média de permanência da criança na escola é de doze anos. Em São Paulo, encontramos menino que está na 1ª série há nove anos.

VEJA — *Isso é difícil de consertar?*

RIBEIRO — Tecnicamente, é só pegar 1 000 alunos novos, aplicar as taxas de repetência, promoção e abandono corretas nas oito séries e acompanhar o avanço dessa turma pelo 1º grau, até a saída do último aluno. Mas é preciso corrigir outros desvios, como o de uma figura chamada "afastado por abandono".

VEJA — *O que é o "afastado por abandono"?*

RIBEIRO — O afastado por abandono surgiu na educação brasileira no Rio de Janeiro, quando a cidade ainda era capital, porque se começou a pontuar o desempenho do professor para as promoções pela taxa de aprovação da turma. Como os professores queriam manter a reprovação mas ganhar a promoção, inventou-se esse afastamento — antes de ir ao pau, o aluno é mandado para casa e volta no ano seguinte para a mesma série, como novo. E o professor saía do subúrbio e ganhava uma escola em Copacabana. É uma reprovação branca. Ou melhor: preta, porque acontece mais com os ne-

gros. A possibilidade de um negro chegar ao 2º grau é a metade da que tem um branco, nas mesmas condições sociais e econômicas.

VEJA — *Na estatística, o afastado por abandono serve para quê?*

RIBEIRO — Soma 13% aos índices de evasão do ministério na 1ª série. É um dos remendos feitos no sistema que camuflam a realidade. Há outras modalidades de repetência branca. Por exemplo: a subse-riação da 1ª série, principalmente nas escolas no Norte e Nordeste. Divide-se a 1ª série em A, B e C, e a criança leva três anos alfabetizando-se. Ela envelhece no 1º grau. E acaba saindo por isso, enquanto o ministério gasta rios de dinheiro para debelar uma evasão escolar precoce que

“O mito da evasão originou a campanha da merenda escolar. Presume-se que a criança se evada cedo porque tem fome, quando na verdade ela fica em média 8,7 anos na escola. Querem dar merenda com objetivos assistenciais? Tudo bem. Mas não venham dizer que é parte de uma estratégia de ensino”

simplesmente não existe. Essa desinformação, conservada por mais de sessenta anos, originou, por exemplo, a campanha da merenda escolar. Presume-se que a criança saia cedo da escola porque tem fome, quando, na verdade, ela fica em média 8,7 anos na escola, mesmo sem completar as oito séries. A merenda escolar é mais importante para a Nutrição do que para a educação.

VEJA — *Não é estranho ser contra a merenda escolar quando há tanta pobreza por aí?*

RIBEIRO — Sou contra o argumento de que a merenda serve para evitar a evasão escolar. Querem dar merenda numa escola de favela, em área carente, com objetivos declaradamente assistenciais? Tudo

bem. Mas não me venham dizer que isso é parte de uma estratégia de ensino. O Japão, que universalizou a educação no século passado, na revolução Meiji, tinha uma população de subnutridos, com problemas de estatura causados por fome. E os japoneses se educaram. Metade das escolas do Brasil não precisa de merenda. Se a escola, por causa do programa, tem de comprar uma cozinha industrial, de algum lugar esse dinheiro está saindo — e é sempre da verba de educação. Além disso, a campanha nacional é feita para alguém ganhar dinheiro. A municipalização da merenda enfrenta uma resistência feroz, porque o regime das compras centralizadas permite muita ladroeira. No governo passado, o secretário de ensino básico do Ministério da Educação foi a Crato, no Ceará, uma região que deve ser a maior produtora de rapadura do planeta, e encontrou nas despensas da escola rapadura de Santa Catarina. Isso não pode ser sério. Por que não deixam a diretora da escola ir às compras na feira ao lado?

VEJA — *Será pelo mesmo motivo que se mantêm erradas as estatísticas sobre educação?*

RIBEIRO — A demolição da pirâmide contraria todo mundo, inclusive os professores, porque significa o seguinte: “O pessoal está querendo estudar, nós é que não conseguimos ensinar”. Essas estatísticas criam uma demanda artificial por construção de escolas. Basta pegar um exemplo qualquer da pirâmide, velho, de 1987: se a média de permanência na escola que consta oficialmente dá 5,6 anos e deveria ser de oito, parece que está faltando muita vaga aqui para completar o 1º grau. Portanto, vamos fazer Cieps, Ciacs, Caics... Se aparentemente as crianças estão saindo cedo, vamos dar merenda... Esses números devem ser produto do mero engano. Mas sustentam interesses. Disso não tenho a menor dúvida.

VEJA — *Por quê?*

RIBEIRO — No governo Collor, quando meu amigo José Goldemberg era ministro da Educação e me chamou para participar da equipe, eu respondi que só aceitaria um cargo se pudesse divulgar os números reais. E eles iriam destruir as justificativas para fazer Ciacs. Fui convidado a sair da sala.

VEJA — *Se metade das turmas de 1ª série não fosse repetente, sobriariam vagas para entrar na escola?*

RIBEIRO — O Brasil já universalizou nos anos 80 o acesso da população ao ensino básico. Matriculam-se 97% das crianças. E elas passam quase nove anos

nas salas de aula. Isso quer dizer que o país já tem a estrutura física para dar educação elementar a todo mundo. Evidentemente, em alguns lugares isso exige a multiplicação de turnos, mas até nisso há exagero. Parte do excesso de turnos não é por falta de espaço para os alunos, mas por necessidade de inventar turmas, porque há professor demais. Há turmas com dezessete alunos.

VEJA — *Sobram professores até em sala de aula?*

RIBEIRO — Sobram, principalmente no Nordeste. No Maranhão é um disparate, parece que o modelo é para ter mais professores do que alunos. Em suma: já não se justifica a construção de prédios escolares. Embora não seja ouvido pelo Ministério da Educação, eu pessoalmente estou sugerindo ao Banco Mundial para reduzir ao mínimo o financiamento para a construção de novas escolas, para investir no treinamento de professores e em programas unificados de avaliação das escolas. Porque as pessoas não se deram conta, mas mudou o padrão demográfico do Brasil. Com menor taxa de crescimento vegetativo, a população jovem, de 5 a 14 anos — ou seja, a que vai usar as escolas —, está diminuindo na década de 90 à razão de 0,2% ao ano. Portanto, a população estudantil será menor no futuro, em números absolutos.

VEJA — *O que vai ser dos Cieps, Ciacs e Caics?*

RIBEIRO — Vão virar ruína. Para mim, isso é Taj Mahal de pobre. Os Caics que já estão programados vão custar 4 bilhões de dólares. Não há função para eles. Ou melhor, existe a de sempre: alguém ganhar dinheiro. Outro dia, ouvi o ministro Murílio Hingel dizer que o programa dos Caics não poderia parar, porque duas fábricas de argamassa armada fechariam e haveria desemprego. Não se sabe nem quem quer essas escolas. No Rio, as crianças não querem ir aos Cieps, em parte porque ficaram estigmatizados como escolas de miseráveis, mas sobretudo porque neles o turno é integral.

VEJA — *Mas o turno integral não é bom?*

RIBEIRO — Como é que vai ficar na escola em horário integral um aluno que chega à 4ª série, de repetência em repetência, com 16, 17 anos? Ele terá de trabalhar parte do tempo. É preciso dar a ele uma boa escola de meio expediente, como a escola do meu tempo. Ela não me fez mal nenhum. O adolescente pobre não pode ficar oito horas por dia na escola. Ele tem que se sustentar. Se lhe derem quatro horas bem aproveitadas, é muito mais negócio para ele e para o país.

VEJA — *A repetência, pelo visto, atrapalha muita coisa. Em que ela ajuda?*

RIBEIRO — Ela é uma brutalidade. E não serve para nada. A repetência destrói a auto-estima do aluno. A vitimização da criança é introjetada na família. “Meu filho tem miolo mole, é vagabundo, negro, o pai era bêbado” — essas coisas. Discriminado, o repetente vai sendo empurrado para turmas que não recebem nenhum esforço do professor. Quando chega um professor recém-formado, é ele quem pega os alunos “difíceis”. Outro dia, em Minas, uma pesquisadora descobriu uma professora em começo de carreira que pegou a unha uma turma de repetentes-renitentes e conseguiu recuperá-la. Na primeira prova em que seus alunos tiveram notas acima da média da turma de novos, o que fez a

“O professor se aposenta muito cedo, passa metade da vida aposentado. Em Minas, no ano 2000, 80% do orçamento da educação será para pagar os professores inativos. Temos de quebrar o corporativismo. Corrigir os salários, sim, mas sem fingir que só isso melhora a escola”

diretora? Tirou um ponto da nota de cada um. Tudo isso é um processo de destruição da cidadania.

VEJA — *A solução então seria reprovar mais o professor e menos o aluno?*

RIBEIRO — Exatamente. Esse é o primeiro passo para investir a sério na competência e na motivação do professor e aceitar que o aluno brasileiro tem 23 pares de cromossomos, é um bípede muito parecido com os outros. Nos Estados Unidos, onde o MEC foi buscar a pirâmide, mas não o modelo, há vários testes unificados que, por meio dos alunos, medem a eficiência das escolas. No Brasil, só Minas Gerais está começando a adotar o sistema. A Secretaria de Educação acaba de fazer uma avaliação da 8ª série em todo o Estado.

Trata-se de um projeto muito importante, para dar autonomia às escolas, entregá-las a um colegiado de professores e pais de alunos, enquanto a secretaria controla os resultados pelos testes padrão. Eles permitem que os professores saibam o que os alunos não estão sabendo e condicionam a promoção do professor ao desempenho de seus alunos.

VEJA — *Se o desempenho for ruim, como dar bomba no professor?*

RIBEIRO — Em Minas, quando o professor não funciona a escola o devolve para a Secretaria de Educação, para que faça dele o que quiser. Mas o ideal seria pô-lo na rua. Se se vai controlar a qualidade, tem de haver seleção e, portanto, demissão. Mas isso a praga da estabilidade do servidor não permite. O corporativismo criou uma escola que é feita mais para o professor do que para o aluno.

VEJA — *Mas, ainda assim, paga mal os professores?*

RIBEIRO — E o professor se aposenta cedo, passa metade da vida aposentado. Em Minas, no ano 2000, 80% do orçamento da educação será para pagar os professores inativos. Em São Paulo é a mesma coisa. Ou seja: temos de quebrar o corporativismo. Corrigir os salários, sem fingir que só isso melhora a escola. E já, porque o mundo hoje requer povos educados, ou eles não conseguem competir internacionalmente. Nisso o povo brasileiro está muito à frente da elite. O pobre faz o possível para pôr e manter o filho na escola. A elite não consegue dar importância à educação. É o assunto deste fim de século e o país não quer saber dele. Nos anos 50, a Coreia do Sul tinha um perfil educacional muito parecido com o nosso. Agora estendeu o 2º grau completo a 95% da população jovem. E um 2º grau do mais alto nível. O Brasil, no passo atual, só chegaria lá no ano 3080, sem mencionar a qualidade.

VEJA — *E o que será preciso ensinar, para ter mão-de-obra de bom nível?*

RIBEIRO — Nada de mirabolante. A cesta básica da educação não mudou muito desde o século XIX. É só ensinar língua, matemática e ciências. Mas ensinar direito. E aí o que o Brasil faz? Uma lei de diretrizes e bases que já passou na Câmara e aguarda votação no Senado, sem possibilidade de substitutivo, que tira matemática e ciência do currículo de 2º grau, recriando o antigo curso clássico. O projeto é um monstro. Não permite nem a avaliação externa dos alunos e professores. Para mim, ele é o dromedário corporativo. Conhece a história? O pavão é obra de Deus. O dromedário é produto de uma comissão. ■